

Luiza E. Tomita, José María Vigil e Marcelo Barros (orgs.)

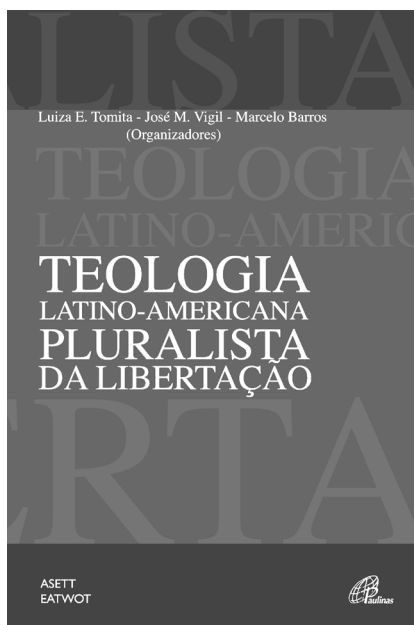
TEOLOGIA LATINO-AMERICANA  
PLURALISTA DA LIBERTAÇÃO

São Paulo, Paulinas, 2006

Renold J. Blank<sup>1</sup>

*Teologia latino-americana pluralista da libertação*, obra publicada por Paulinas Editora, em 2006, apresenta artigos de autores nacionais e internacionais, cujos textos testemunham mais uma vez a vivacidade e a dinâmica da Teologia latino-americana. A partir de bases profundamente evangélicas, os autores refletem sobre desafios teológicos que se formulam com urgência cada vez maior numa época de crescente diálogo interreligioso.

O primeiro artigo, *Revelação e revelações*, de T. Balasuriya, apresenta novas perspectivas para a compreensão da revelação. Acentua como pressuposto inicial que “uma revelação se refere a uma compreensão humana do que é dito ser uma comunicação da fonte divina” (p. 26). A partir daí, abrem-SE novos horizontes para a reflexão sobre o Deus que se revela no decorrer da história, não só na religião judaica e cristã, mas também em outras religiões. Assim é possível “liberar as teologias cristãs das apresentações de Deus que são infiéis ao ensinamento de Jesus...” (p. 31). A partir de uma tal compreensão não exclusivista da Revelação, é possível abrir caminhos para superar concepções antigas de um Deus ferido e irado diante do pecado



<sup>1</sup> Doutor em Teologia e em Filosofia. Professor Titular da Pontifícia Faculdade de Teologia de São Paulo e Professor da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

humano, “querendo reparação da humanidade pecadora desde Adão e Eva” (p. 36). Em vez disso, descobre-se que “o objetivo e a meta de revelação seriam a realização, na terra, da felicidade humana por meio da superação da opressão das pessoas e comunidades” (p. 37).

Numa abordagem muito feliz sobre revelação e teologia negra, o segundo artigo, *De segredo e sagrado: revelação e teologia negra*, de Sílvia Silva, amplia e aprofunda as reflexões do primeiro, acrescentando ricos e interessantes enfoques a partir da teologia e da cultura negra. Fazem destaque nessa reflexão os capítulos sobre revelação e rebelião, sobre negritude e “os muitos lugares da revelação de Deus” (p. 51). Como um desses lugares, são apresentadas em seguida as religiões afro-brasileiras e a sua forte acentuação da idéia de partilha e comunidade.

A *conversão de Jesus à fé originária andina*, terceiro artigo, de autoria de Roberto González, Manuel Iglesias e Fernando Aguirre, por sua vez apresenta a rica tradição religiosa dos povos andinos, a sua história sofrida e a sua fé como outro lugar e outra vivência, dentro da qual o mesmo Deus se revela numa ampla vivência de espiritualidade. A sua concretização se vive no compartilhar comunitário (cf. p. 67), de tal maneira que se formou no decorrer dos séculos “um profundo processo de síntese vital entre a religião original andino e o cristianismo” (p. 75).

O quarto artigo, *Deus no corpo: uma análise feminista da revelação*, de Wanda Deifelt, aborda de maneira muito feliz a questão do corpo como lugar da revelação divina. Numa análise feminista da revelação, a autora parte da constatação inicial de que toda a tradição do Antigo Testamento aponta os perigos de a revelação divina ser usada “para justificar sistemas opressivos” (p. 81). Contra uma interpretação antropocêntrica da revelação se mostra como o relato da criação acentua a “interdependência de todas as espécies” (p. 83). Dentro da perspectiva da revelação, essa interdependência chega ao seu cume num Deus que se encarna e que na sua valorização do corpo deslegitima toda inferiorização do corpo, assim como nós a conhecemos pelo dualismo grego. (cf. p. 91) Esse Deus, muito mais “assume o corpo como lugar de revelação” (p. 93).

O quinto artigo, *Uno e múltiplo. Deus numa perspectiva pluralista*, de M. Barros e Luiz Tomita, apresenta de maneira profunda e muito feliz o enorme desafio que se põe hoje ao cristianismo: “Pensar Deus partindo do modelo pluralista” (p. 108). O autor mostra que a questão primordial a ser

repensada é a imagem tradicional de Deus e sua ligação com o poder. Daí surge a necessidade de “rever o caráter dogmático e intolerante que está por trás de uma imagem monoteísta de Deus” (p. 112); de um Deus que até “possa estar de acordo com o assassinato ou a guerra” (p. 113).

Continuando dentro da mesma perspectiva, *Jesus libertador numa visão da teologia pluralista*, de José Comblin, sexto artigo, trabalha de maneira profunda a problemática das imagens de um Deus que exige sacrifícios e que só perdoa depois de ter recebido através deles a devida satisfação; concepção essa que culmina na idéia de que Deus teria exigido “a morte do seu filho para poder perdoar” (p. 129).

Numa abordagem histórica, o autor mostra como a gratuidade era um dos temas chaves da revelação, e como essa idéia se perdeu sob a influência cultural dos primeiros cristãos que “eram judeus com uma mentalidade impregnada da teoria do sacrifício” (p. 132), o que produziu “a reintegração do sistema sacrificial e cultural na Igreja” (p. 133). Contra tal mentalidade, se deve redescobrir que “o verdadeiro culto oferecido a Deus é a justiça e a misericórdia para com os pobres, como sempre ensinavam os profetas” (p. 143). Em base nos preceitos dos Evangelhos, a Igreja e todas as instituições religiosas estão constantemente chamadas a se converter, porque “outro mundo é possível” e até “outra Igreja é possível” (p. 147).

Dando continuidade ao enfoque eclesiológico, o próximo artigo (*Uma eclesiologia em tempos de pluralismo religioso*, de Faustino Teixeira) mostra primeiramente as dificuldades “de fazer avançar uma reflexão eclesiológica para além dos limites definidos pela reflexão tradicional” (p. 150). Em seguida apresenta os novos horizontes que se abrem a partir da “superação do eclesiocentrismo” e da “afirmação do reinocentrismo” (p. 155). Sendo que esse “coincide com o coração da mensagem de Jesus” (p. 158), se abre aqui espaço para a afirmação que “a realidade do Reino atua, igualmente, fora dos confins da Igreja” (p. 161). O reconhecimento do “rico patrimônio da diversidade religiosa” (p. 162) forma dessa maneira um constante desafio para a eclesiologia. Ela deve re-descobrir a imensa ampliação do horizonte, possível a partir do reconhecimento de uma “interdependência relacional” (p. 167) entre Cristianismo e o mundo pluralista das outras religiões.

O oitavo artigo, de Cristian Tauchner, *A tarefa missionária com base na teologia pluralista da libertação*, mostra ao exemplo da atuação missionária na América Latina a imensa tarefa que se põe para a reflexão e a práxis

missionária a partir de uma perspectiva pluralista da libertação. Para a ação missionária da América Latina, que de antemão deve agir dentro de um ambiente de pluralismo religioso natural, se abrem aqui novos campos de reflexão. De outro lado, porém, estamos diante uma situação, onde “a contribuição da Igreja à sociedade em termos de propostas de sentido é cada vez menos criativa e esgota-se cada vez mais na repetição de princípios que... poucas vezes têm utilidade e prática para a vida concreta” (p. 181). Tanto maior é a necessidade de um diálogo ecumênico e inter-religioso.

A partir dessas constatações, o autor mostra novas perspectivas para fundamentar a missão (cf. p. 185). O resultado disso seria uma prática missionária que consistiria “em primeiro lugar numa aproximação de escuta e de tentar entender a prática religiosa do povo para poder entrar em diálogo” (p. 187).

O nono artigo, *Fora das religiões há salvação*, de Etienne Higué, demonstra, no decorrer de uma argumentação profunda e pertinente, o que é salvação (cf. p. 194), que também “fora das religiões há salvação” (p. 191). Isso implica a constatação que, em última análise, a salvação e “o encontro com o divino não necessita de religião, ele irrompe de fora” (p. 202). Uma análise detalhada mostra em seguida como esse fato está sendo vivido de um lado dentro da nova religiosidade da época pós-moderna, e, de outro lado, no campo da atual secularização, onde a valorização do corpo e a descoberta do cosmo abrem novos caminhos de acesso ao tema da salvação fora do ambiente religioso, mas dentro de um verdadeiro pluralismo dos “sem religião” (p. 216).

*Por uma espiritualidade pluralista da libertação*, de José Maria Vigil, décimo artigo, apresenta uma reflexão profunda sobre a necessidade da superação de uma perspectiva exclusivista e a adoção de uma nova espiritualidade pluralista da libertação. Na sua base deve haver o reconhecimento que também as demais religiões têm a “capacidade de veicular e de ser conhecimento da salvação” (p. 222), de tal maneira que “nós não somos os depositários exclusivos nem da salvação, nem de seu conhecimento” (p. 223). Tal afirmação implica uma “desabsolutização do cristocentrismo” (p. 227). O autor mostra as dificuldades e as resistências que tal processo implica, sendo que já na construção como na necessária desconstrução do enfoque exclusivista, “intervinham o poder, os jogos de influência e os desejos de hegemonia de distintas forças e grupos sociais” (p. 229).

O décimo primeiro artigo, *Beber no próprio poço*, de Marcelo Barros, apresenta propostas sobre como o exclusivismo tradicional poderia ser superado pela adoção de uma nova maneira de oração. A linha norteadora dessa oração deveria ser “uma fé compreendida como caminho de abertura e diálogo” e a acentuação do “Reino de Deus e da sua justiça” (p. 243).

Para que essa nova oração se realize na prática, porém, são necessárias uma nova linguagem litúrgica e uma abertura para a alteridade.

O décimo segundo artigo, de autoria de Joaquín Garay, *Possíveis contribuições da teologia pluralista de libertação à construção de uma ética mundial*, propõe, como pressuposto para a construção de uma ética mundial, aceitar o pluralismo religioso como “formas válidas e desejáveis, mediante as quais aquele que nós chamados de ‘Deus pessoal’ [...] foi se manifestando e dando-se a conhecer a cada povo, grupo humano, tradição religioso-cultural” (p. 263). A partir dessa base e seguindo o método de ver–julgar–agir, o autor apresenta certos critérios “para a elaboração de uma teologia pluralista” (p. 267), a partir dos quais deveria ser possível a contribuição para a construção de uma ética mundial. Como elemento-chave desses critérios se exige para cada religião a realização daquela opção que era aquela de Jesus: a opção pelos pobres e a análise da realidade a partir da situação deles. Assim se poderia estabelecer um éthos mundial, sustentado por todas as religiões. O seu eixo norteador seria a luta por estabelecer um mundo mais justo e mais humano.

O décimo terceiro artigo é *Pluralismo religioso: uma perspectiva feminista*, de Ivone Gebara. Apresenta enfoques de uma perspectiva feminista do pluralismo religioso. Nela se acentua muito a convicção que as mulheres, que fazem parte do “grupo de rebeldes em relação às leis masculinas presentes na sociedade e na Igreja” (p. 278), são capazes de superar “o princípio de sustentação patriarcal na sua diversidade institucional” (p. 280), nem reconhecem mais “como antes a força da autoridade religiosa” (p. 281). A consequência dessa atitude é a crítica ao fundamento masculino das relações entre mulheres e homens e, a partir daí, a crítica da projeção dos mesmos fundamentos também na compreensão das relações entre as religiões.

O epílogo, de Diego Irarrázaval, *Pluralidade nas teologias*, mostra que o fato de as teologias na América Latina e no Caribe terem “descoberto o direito e o dever de serem plurais” (p. 300), dá a essas teologias uma compreensão mais ampla do valor do pluralismo também para a Igreja. A

partir de suas experiências de atitudes religiosas idolátricas, elas acentuam que “a adesão ao Deus vivo implica ruptura com qualquer idolatria” (p. 304) também e sobretudo dentro da própria religião.

Recorrendo a Jesus as teologias da América Latina mostram que nenhuma religião por si pode salvar e que é por causa disso que Jesus “polemiza com líderes e gestos sagrados que são auto-referentes” (p. 305). Como consequência não só se deve repensar e criticar a categoria de sacrifício; importante é “revisar imagens e conceitos sobre Deus” (p. 306), seguindo os profetas do Antigo Testamento e estando em comunhão com Jesus Cristo.

A partir dessa base, o diálogo interreligioso se fundamenta na “resposta à vontade divina de salvação de cada um e todos os povos da terra” (p. 308).